

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.585.972 - SP (2019/0278844-8)

**RELATORA** : MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
**AGRAVANTE** : FERTIPLANTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERTILIZANTES LTDA  
**ADVOGADOS** : EDUARDO FRANCISCO QUEIROZ GODINI - SP208214  
FELIPE MASTROCOLLA - SP221625  
**AGRAVANTE** : COMEXPORT COMPANHIA DE COMERCIO EXTERIOR  
**ADVOGADOS** : GUSTAVO LORENZI DE CASTRO - SP129134  
GUILHERME MATOS CARDOSO - SP249787  
**AGRAVADO** : OS MESMOS

### EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. JUÍZO DE EQUIDADE NA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. NOVAS REGRAS: CPC/2015, ART. 85, §§ 2º E 8º. REGRA GERAL OBRIGATÓRIA (ART. 85, § 2º). REGRA SUBSIDIÁRIA (ART. 85, § 8º).

1. Ação de cobrança.
2. O novo Código de Processo Civil - CPC/2015 - promoveu expressivas mudanças na disciplina da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais na sentença de condenação do vencido.
3. Dentre as alterações, reduziu, visivelmente, a subjetividade do julgador, restringindo as hipóteses nas quais cabe a fixação dos honorários de sucumbência por equidade, pois: a) enquanto, no CPC/1973, a atribuição equitativa era possível: (a.I) nas causas de pequeno valor; (a.II) nas de valor inestimável; (a.III) naquelas em que não houvesse condenação ou fosse vencida a Fazenda Pública; e (a.IV) nas execuções, embargadas ou não (art. 20, § 4º); b) no CPC/2015 tais hipóteses são restritas às causas: (b.I) em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando (b.II) o valor da causa for muito baixo (art. 85, § 8º).
4. Com isso, o CPC/2015 tornou mais objetivo o processo de determinação da verba sucumbencial, introduzindo, na conjugação dos §§ 2º e 8º do art. 85, ordem decrescente de preferência de critérios (ordem de vocação) para fixação da base de cálculo dos honorários, na qual a subsunção do caso concreto a uma das hipóteses legais prévias impede o avanço para outra categoria.
5. Tem-se, então, a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas

em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).

6. A expressiva redação legal impõe concluir: (5.1) que o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa; (5.2) que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo.

7. Agravo conhecido. Recurso especial conhecido e provido.

### DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por FERTIPLANTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERTILIZANTES LTDA, contra decisão interlocutória que negou seguimento a recurso especial fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional.

**Ação:** de cobrança, ajuizada por COMEXPORT COMPANHIA DE COMERCIO EXTERIOR, em face da agravante, na qual pleiteia o recebimento da quantia de importância de R\$ 593.318,93 (quinhentos e noventa e três mil, trezentos e dezoito reais e noventa e três centavos), decorrente de *"contrato internacional de compra e transporte Marítimo na modalidade CFR - Cost and Freight - Incoterms 2010"*, celebrado entre a agravante e a *"trading company Bulktrade AG"* (cedente do crédito pretendido).

**Sentença:** julgou procedente o pedido, para condenar a agravante ao pagamento da importância de R\$ 593.318,93 (quinhentos e noventa e três mil, trezentos e dezoito reais e noventa e três centavos).

**Acórdão:** deu parcial provimento à apelação interposta pela agravante, para reduzir o valor da condenação para o montante de R\$ 24.754,14 (vinte e quatro mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e quatorze centavos), nos termos da seguinte ementa:

APELAÇÃO - TRANSPORTE MARÍTIMO DE CARGA - NAVIO GRANELEIRO - PRODUTO VINDO DA SUÍÇA COM DESTINO AO PORTO DE PARANAGUÁ EM PARANÁ - PRESCRIÇÃO INOCORRENTE - SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA - RECURSO - PRESCRIÇÃO NÃO CARACTERIZADA - CESSÃO DE CRÉDITO - EXCESSIVA DEMORA ENTRE A COMUNICAÇÃO DE DESCARGA E O PROCEDIMENTO PARA CARACTERIZAÇÃO DE MULTA DIÁRIA DE US\$ 19.000,00 - ABUSIVIDADE - QUEBRA DO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA - CULPA DA IMPORTADORA NÃO CARACTERIZADA - PROVA DOCUMENTAL SOLIDA QUE AUTORIZA A EXCLUSÃO DA COBRANÇA SEM O NEXO CAUSAL PERTINENTE - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (e-STJ Fl. 375)

**Embargos de declaração:** interpostos pelas partes, foram rejeitados.

**Recurso especial:** alega violação do art. 85, § 2º, do CPC/15. Insurge-se contra o valor dos honorários advocatícios fixados na origem, imputando-os irrisórios.

Relatado o processo, decide-se.

**- Julgamento: CPC/15**

**- Das mudanças promovidas pelo CPC/15 na disciplina da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais**

O TJ/SP, ao fixar os honorários advocatícios no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), contrariou o entendimento do STJ no sentido de que o § 2º do art. 85 do CPC/15 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente, calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa; e que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito

# *Superior Tribunal de Justiça*

econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo. (REsp 1746072/PR, Segunda Seção, Dje de 29/03/2019). Logo, o acórdão recorrido merece reforma.

Enfatiza-se, ainda, que, consoante preconiza a Corte Especial do STJ, "o marco temporal para a aplicação das regras fixadas pelo CPC/2015 em relação aos honorários advocatícios é a data da prolação da sentença" (SEC 14.385/EX, Corte Especial, julgado em 15/8/2018, DJe 21/8/2018).

Na hipótese, tendo em vista que a sentença foi prolatada sob a vigência do CPC/15, o arbitramento da verba honorária deve ocorrer à luz desse diploma processual.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo para DAR PROVIMENTO ao recurso especial, com fundamento no art. 932, III e V, "a", do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, para majorar os honorários sucumbenciais para o percentual de 10% sobre o proveito econômico obtido, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC/15.

Deixo de majorar honorários advocatícios, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, em razão do provimento do apelo especial (EDcl no AgInt no REsp 1573573/RJ, Terceira Turma, DJe de 08/05/2017).

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora